



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores
São José do Inhacorá

ATA DA 3ª (TERCEIRA) AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º (SEGUNDO) ANO LEGISLATIVO DA 9ª (NONA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ – RS, REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 2026, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

Às dezessete horas e trinta minutos, do dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e seis, reuniram-se no Município de São José do Inhacorá, tendo por local, o plenário da Câmara de Vereadores, sob a coordenação da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, os responsáveis pela realização da Audiência Pública de demonstração e avaliação das metas fiscais do 1º (primeiro) Quadrimestre de dois mil e vinte e seis. Dando início aos trabalhos, a Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, Vereadora Eliete Beatriz Haupenthal, deu início a sua fala, mencionando ser esta a Terceira Audiência Pública do Legislativo Municipal, ou seja, a Audiência Pública que tratará sobre o Relatório da Avaliação das Metas Fiscais, do 1º Quadrimestre, referente aos meses de janeiro à abril ano de 2026, da Administração Municipal. Mencionou também que as Audiências Públicas de prestação de contas são realizadas três vezes ao ano sempre nos meses de fevereiro, maio e setembro, de acordo com o artigo 18 da Lei Orgânica Municipal, em harmonia com o que dispõem o artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal). Falou que, buscando respeitar o princípio constitucional da publicidade, estando de acordo com a Lei de Acesso à Informação e dando transparência aos serviços públicos, declarou aberta a presente audiência como Presidente e Relatora, em nome da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT), em conformidade com o artigo 82, inciso IV, observando os artigos 214 e 219 à 221, todos do Regimento Interno do Legislativo. Saudou inicialmente a todos os presentes, colegas do Poder Legislativo e também as autoridades que representam o Executivo Municipal neste ato, os demais colegas e público que nos assistem de forma online. Passou então a palavra para o Senhor Nercy Mucha, Secretário da Fazenda do Município, para explanar sobre o Relatório Fiscal. O Secretário iniciou saudando os presentes e aos ouvintes, agradecendo o espaço para a apresentação da demonstração e avaliação das metas fiscais referentes ao 1º quadrimestre de 2026, de janeiro a abril do ano de 2026, mencionou que é para fins de cumprimento da legislação e destacou que todos os dados que serão apresentados estão disponíveis no site e no átrio da prefeitura. Durante a exposição, foi informado que a receita total prevista para o exercício de 2026 é de R\$ 46.695.000,00, tendo sido arrecadado, no período de janeiro a abril, o montante de R\$ 14.069.037,16, correspondente a 30,13% da meta anual. Destacou que as receitas correntes representaram a maior parcela da arrecadação, especialmente as transferências correntes, no valor de R\$ 9.033.167,10, e as receitas patrimoniais, no valor de R\$ 2.531.151,93. Em relação às principais transferências constitucionais, informou que o Fundo de Participação dos Municípios – FPM totalizou arrecadação de R\$ 6.147.418,61, equivalente a 35,23% do previsto para o exercício. O ICMS apresentou



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores
São José do Inhacorá

arrecadação de R\$ 1.942.271,86, correspondendo a 30,34% da previsão anual, enquanto os repasses do FUNDEB alcançaram R\$ 1.139.878,78, equivalente a 30% do estimado para o ano. Quanto às receitas de capital, registrou-se arrecadação de R\$ 106.159,29, oriunda principalmente de transferências de convênios da União e do Estado. No tocante às despesas, o Secretário relatou que a despesa total empenhada no período atingiu R\$ 16.386.108,15, frente à receita realizada de R\$ 14.069.037,16, resultando em déficit de R\$ 2.317.070,99, ressaltando, contudo, a existência de R\$ 5.710.631,65 em despesas ainda não liquidadas, afirmando que o resultado não compromete o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício. Quanto aos juros e encargos da dívida, informou que foram pagos R\$ 11.572,63, além de R\$ 52.410,24 referentes à amortização da dívida, destacando que o Município manteve a regularidade no pagamento de suas obrigações financeiras. Sobre os investimentos realizados, relatou que as despesas atingiram R\$ 1.384.326,82, correspondendo a 27,80% da previsão anual de R\$ 4.980.000,00. Na análise das despesas com pessoal, esclareceu que os índices permanecem abaixo dos limites prudenciais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando comprometimento de 46,62% da Receita Corrente Líquida pelo Poder Executivo e de 1,40% pelo Poder Legislativo, considerando a Receita Corrente Líquida acumulada de R\$ 35.928.347,69. Em relação à educação, informou que os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino totalizaram R\$ 2.779.740,02, correspondendo a 28,74% da receita de impostos e transferências, atendendo aos percentuais mínimos constitucionais. Destacou ainda que 86,35% dos recursos do FUNDEB foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No que se refere às ações e serviços públicos de saúde, informou que as despesas somaram R\$ 1.849.696,45, representando 19,12% da receita líquida de impostos e transferências, superando o mínimo constitucional de 15%. Por fim, o Secretário Municipal da Fazenda concluiu que os resultados apresentados demonstram o cumprimento das metas fiscais e dos limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não havendo necessidade de adoção de medidas de ajuste na execução orçamentária do Município. A seguir foi aberto espaço para questionamentos e/ou uso da palavra, e como ninguém se manifestou, diante disso a Presidente da COFT, senhora Eliete agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2026. E para constar foi lavrada a presente Ata. As assinaturas dos presentes se deu conforme lista de presença em anexo a esta ata.

SALA DE COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ – RS, AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.